

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SESIMBRA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2001**

-----Aos trinta dias do mês de Novembro de dois mil e um, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra, sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Sr.s Américo Manuel Machado Gegaloto e João Paulo Marques Dionísio, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da Actividade Municipal;**-----
- 2. Alteração dos limites do Concelho de Sesimbra e Barreiro - Alargamento do perímetro do Plano de Urbanização da Quinta do Conde;**-----
- 3. Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e do Quadro do Pessoal;**-----
- 4. Contribuição Autárquica – Fixação da taxa a aplicar na liquidação respeitante a 2001;**-----
- 5. Alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra – Anexo C – Santana – Cotovia;**-----
- 6. Alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra – Anexo D – Quinta do Conde ;**-----
- 7. Alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra – Rua Amélia Frade.**---

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Américo Manuel Machado Gegaloto, João Manuel Coelho Capítulo, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, António Jorge Pinto Alves, João Paulo Marques Dionísio, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Rosa Amigo Ribeiro Sousa Gomes, António José Medeiros Pica, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Maria da Conceição Morais Matias, Aires Patrício Fernandes Lisboa, José Henrique Peralta Polido, Dinis Marques Pereira, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Francisco Caupers de Sousa Alvim, Fernando Anjos Cheis, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte e Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz.-----

-----Comprovada a existência de quorum, vinte e uma presenças, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e cinquenta minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente, Manuel José Pereira e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Fernando Cristovão Rodrigues, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora e Manuel Adelino Bernardino. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou, depois, que os Membros João da Silva Lopes e José António Caeiro Correia, da Bancada da CDU, José Manuel Correia Maravilha e José Almeida Marques, da Bancada do PS, e Ana Maria Gaboleiro Santos Covacich da Bancada do PSD, haviam informado, ao abrigo do disposto do art. 78º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, as suas substituições na presente sessão, tendo convocado os Membros a seguir na ordem das respectivas listas, José Henrique Peralta Polido, Dinis Pereira Marques, António José Medeiros Pica e Maria de Jesus Amiano Marques. -----

-----Deu depois conhecimento que o Membro José Pedro Simplício Francisco havia solicitado a suspensão do seu mandato, por um período de 30 dias, por motivos profissionais se encontrar ausente da área do município, tendo convocado o Membro, Eduardo Adelino Chaves Colaço. -----

-----Assim, perguntava ao Plenário se tinha alguma objecção à aceitação da suspensão acima referida. -----

-----Como nenhum Membro colocou qualquer objecção, o pedido de suspensão foi aceite. O Membro a seguir na ordem da respectiva lista Eduardo Adelino Chaves Colaço que havia sido convocado não compareceu. -----

-----Informou depois que as actas da Assembleia Municipal de 20 de Abril e 25 de Maio, ambas de 2001, haviam sido enviadas aos Líderes de Bancada, conforme estipulava o Regimento, pelo que perguntava se havia algumas sugestões de alterações a fazer. -----

-----Não havendo nada a opor, os textos finais das actas foram considerados aprovados. -----

-----Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Agradeceu, depois, uma vez que esta sessão seria a última do mandato, em seu nome e no da Mesa da Assembleia Municipal a colaboração sempre prestada por todos os membros e o trabalho autárquico que haviam desenvolvido ao longo dos 4 anos, e para os que se recandidatavam desejava as maiores felicidades na campanha que na próxima Terça-feira se iniciaria. -----

-----Fora de facto, um privilégio presidir à Assembleia neste mandato.-----

-----A Ordem de Trabalhos da presente sessão era relativamente extensa uma vez que tinham sido agendados todos os assuntos que estavam pendentes na Assembleia Municipal para ver se se terminava o mandato com os assuntos esgotados, pelo que solicitava que cada membro procurasse controlar os seus tempos de intervenção para que a sessão não terminasse excessivamente tarde. ----

-----Seguidamente, deu início ao **Período de “Antes da Ordem do Dia”**, tendo usado da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que começou por referir que sendo esta sessão a última do mandato, queria da parte da Bancada do Partido Social Democrata manifestar o apreço pelo trabalho desenvolvido durante os 4 anos pela Assembleia Municipal, poder-se-ia ter feito mais, poder-se-ia ter feito menos, fizera-se aquilo que a cada um fora possível na defesa dos interesses do Concelho e dos munícipes. -----

-----Também aos Membros da Assembleia Municipal que não estariam presentes no próximo mandato, e isto extensivo a todas as Bancadas, agradecia a colaboração que haviam dado no exercício das funções, e os debates, umas vezes mais acalorados e outras vezes menos, sempre tinham sido feitos com lealdade e especialmente com o objectivo que era o da defesa dos interesses do Município e das populações. -----

-----Também queria agradecer, em nome da Bancada do PSD, a colaboração prestada pelas funcionários da Assembleia que mais uma vez haviam cumprido a sua missão de uma forma exemplar. -----

-----Seguidamente propôs uma alteração da Ordem de Trabalhos alegando que do conjunto dos pontos que a Comissão B apreciara, os assuntos relativos às posturas do Trânsito, pela expressão das diversas bancadas, era matéria pacífica e portanto para ser aprovada sem grande discussão. Assim pedia à Mesa e à Assembleia por uma questão de organização que o ponto respeitante à Contribuição Autárquica passasse para ponto 6 e a Reestruturação dos Serviços para ponto 7.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** quis deixar em nome da Bancada da CDU uma palavra de apreço pelo contributo que todos tinham dado ao nível do debate durante estes 4 anos que hoje terminavam, um agradecimento à sua Bancada, ao Presidente da Assembleia Municipal, às funcionárias, pelo trabalho desenvolvido e o apoio que tinham dado, mas queria também deixar ali uma nota em termos de agradecimento à população do Concelho. Agradecimento em primeiro lugar por todos quantos tinham depositado o seu voto nos eleitos da CDU e dizer a essa mesma população

que os eleitos pela CDU terminavam o mandato de consciência tranquila e do dever cumprido. Pensava que ao apostarem na CDU há 4 anos tinham apostado bem e pensava que no futuro poderiam continuar a apostar. -----

-----Relativamente à proposta do Membro Carlos Filipe de alteração da ordem dos pontos, também a sua Bancada tinha pensado apresentar uma proposta naquele sentido, questão aliás que tinha sido debatida em reunião da Comissão B. Assim, dada a delicadeza do ponto 3 - "Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e do Quadro do Pessoal" considerava que se devia deixar para último ponto. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Miguel Bastos** que começou por fazer uma saudação muito especial a todos os elementos da Assembleia Municipal que ao longo destes 4 anos haviam dado o seu contributo de uma forma generosa e participativa na vida autárquica do Concelho. -----

-----Não era fácil muitas vezes participar e dar o contributo na vida democrática do País através dos órgãos concelhios. Todos sabiam quantas vezes aquilo pesava, ao contrário do que pensava, por vezes a população em geral, de que os "políticos" eram uns beneficiados, pelo menos estes "políticos" não lucravam nada com aquilo e estavam ali por um dever cívico e aquilo que deviam transmitir era que era fundamental e necessário que ciclicamente fossem renovados e para isso pensava que se devia fermentar junto das camadas jovens uma formação cívica para renovação. -----

-----Pela sua parte, teria que dar mais um contributo de novos 4 anos. Era um dever que tinha de assumir e assumia-o com toda a honra e com toda a dedicação, se a população do Concelho assim quisesse. -----

-----Gostaria, neste fecho de ciclo, de pedir desculpa por, eventualmente, comportamentos mais perturbados que tivesse tido ao longo deste mandato, nomeadamente com outros elementos da Assembleia, e fazer com que compreendessem que por vezes no calor da discussão e na defesa de princípios, e não de interesses pessoais, se poder eventualmente ou pontualmente exceder. Nesse aspecto as suas desculpas. -----

-----Em relação à proposta de alteração da Ordem de Trabalhos a sua Bancada tinha uma visão perfeitamente antagónica por considerar que os dois pontos mais importantes desta ordem de trabalhos coincidissem exactamente com os pontos 3 e 4 e que mereciam maior debate e nessa perspectiva considerava que ou se mantinham nos mesmos lugares ou alterar-se-ia o ponto 2 para ponto 4 e o 3 e o 4 para 2 e 3.-----

-----Também não lhe fora transmitido que tivesse havido consenso na Comissão B quanto à alteração da Ordem dos Trabalhos. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** esclareceu que não tinha afirmado que o assunto tivesse sido discutido em Comissão, era uma proposta que a sua Bancada apresentava. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Francisco Alvim**, que disse fazer suas as palavras dos líderes de Bancada em termos de agradecimentos. -----

-----Disse depois que apesar do pedido feito pela Assembleia Metropolitana de Lisboa de prorrogação do prazo de discussão pública do PROTAML, ainda não havia qualquer resposta pelo que o prazo poderia findar a 3 de Janeiro, e a terminar nesta data era muito complicado a Assembleia Municipal se pronunciar sobre ele. Chamava a atenção porque nas normas gerais do PROTAML era referido o seguinte: -----

----- "As normas orientadoras que integram os princípios e condições concretizam as indicações da Lei 48/98, de 12 de Agosto que estabelece as bases da política de ordenamento do território e do urbanismo e do Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, que regulamenta, vinculavam as entidades públicas e servem de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento do território e de quadro de referência para a elaboração dos Planos Especiais Intermunicipais e Municipais de Ordenamento do Território". -----

-----Na prática isto queria dizer que o PROTAML vinha condicionar o próximo PDM. Os cidadãos deste concelho não poderiam fazer alterações ao PDM que não estivessem contempladas no PROTAML portanto estava a vincular o PDM. -----

-----Numa das duas vezes que tinha ouvido a apresentação do PROTAML fora dito pelo Sr. Sérgio Tomás, que era a pessoa que coordenava a parte financeira, de que parte dos investimentos futuros em PIDDAC, a atribuição de verbas iria ter o PROTAML em conta e o PSD não via onde é que o Concelho beneficiaria com a aplicação deste PROTAML. -----

-----Não significava que a Câmara não tivesse feito trabalho sobre ele, achava no entanto que a Assembleia Municipal se deveria pronunciar. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o PROTAML era o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Seguidamente, após alguma troca de impressões, as propostas de alteração da Ordem de Trabalhos foram retiradas mantendo-se a ordem constante das convocatórias. -----

-----Encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, o **Presidente da Assembleia** deu início ao ponto 1 "**Apreciação da Actividade Municipal**".-----

-----Usou em seguida da palavra o **Presidente da Câmara** que iniciou a sua intervenção por se congratular com a presença de tantos munícipes.-----

-----Disse depois ter sido gratificante e salutar o executivo ter estado sempre em nº. significativo em todas as sessões da Assembleia Municipal. Enquanto executivo sempre tinha dado a conhecer à Assembleia Municipal tudo a que estava obrigado. Sempre respondera de uma forma educada e simples a tudo o que lhe fora questionado.-----

-----Quis agradecer a todos os membros da Assembleia Municipal porque tinham facilitado o trabalho dos eleitos e assim era mais fácil trabalhar em colectivo e tinha sido agradável trabalhar com todos os membros, sem excepção, reconhecendo que num ou noutro caso se tivessem excedido, mas tinha sido uma experiência muito importante.-----

-----Quanto à actividade municipal, era extensa a relação presente à Assembleia Municipal, no entanto passou a fazer alguns destaques:-----

-----Reunira com o Sr. Secretário das Pescas para saber o ponto de situação face ao problema da paragem da frota que operava em Marrocos, uma vez que tivera conhecimento que estava a ser tratado um plano de reconversão da frota e que iria ser presente na União Europeia.-----

-----Tivera uma reunião com a Sr^a. Directora do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo com vista ao alargamento do âmbito da competência territorial deste centro, a Área Metropolitana de Lisboa e concretamente ao Concelho de Sesimbra.-----

-----Reunira com a Associação dos Armadores de Pesca do Centro e Sul para tratar de alguns assuntos inerentes à classe mais propriamente sobre a modernização das calhas de encalhe, que era um projecto que a Câmara ia subsidiar.-----

-----Reunira com a Liga dos Amigos de Sesimbra sobre alguns assuntos.-----

-----Estivera na inauguração da torre de vigia da estação metrológica da Apostiça.-----

-----Estivera no lançamento do CDROM do Santuário do Cabo Espichel no mesmo dia em que tinham sido abertas as portas da Igreja e dado a mostrar o trabalho de restauração do tecto da igreja.-----

-----Estivera na comemoração do S. Martinho do Idoso.-----

-----Todo o executivo comparecera no Workshop final do Plano Municipal do Ambiente que era um documento bastante importante para o futuro do Concelho.-----

-----Estivera nesta sala juntamente com os Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra para ser assinado um protocolo com vista à cedência de peças de arte sacra para colocação no futuro núcleo de arte sacra que seria uma realidade na Capela do Espírito Santo no próximo ano.

-----Também tinha estado na passada Segunda-feira na Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, a convite do Sr. Secretário de Estado para assistir à assinatura do acordo de financiamento com vista à construção da piscina e sala de desporto do Grupo Desportivo de Sesimbra, uma obra que a partir de agora reunia todas as condições para que fosse lançada a concurso público e para que finalmente passasse a haver no Concelho uma piscina que poderia ser considerada pública, uma vez que sendo propriedade do Grupo Desportivo de Sesimbra ela seria financiada quase totalmente com dinheiros públicos, dado que a Câmara também iria financiar este empreendimento. -----

-----Hoje, a convite do Conselho da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, estivera presente na assinatura do contrato da empreitada de construção do novo cais de acostagem, cais esse com 150 metros de comprimento e que tinha como finalidade o estacionamento das embarcações de pesca e também iria permitir que os armadores dispusessem de um excelente espaço para poderem manusear os aprestos de pesca. Esta obra, de grande importância para os pescadores, no montante de cerca de 300 mil contos, teria o seu início no próximo mês de Dezembro. Aprazava registar e regozijava-se pelo facto de a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra estar, a algum tempo a esta parte, de frente para Sesimbra e para a pesca o que há muitos anos não se verificava.-----

-----Seguidamente o **Membro Carlos Afonso** disse que deviam existir eleições durante todo o ano. Perguntou depois o que é que se passava com a pavimentação da estrada Santana - Sesimbra quando há pouco tempo a Câmara investira do seu orçamento melhorias naquela estrada ao nível de pinturas, pavimento e sinalização e existiam estradas no Concelho, nomeadamente a de Alfarim - Marco do Grilo que era quase intransitável. -----

-----O **Presidente da Câmara** respondeu que quando não se tinha conhecimento do que se estava a passar devia-se ter cuidado em fazer afirmações como o Membro Carlos Afonso fizera. Os portugueses não queriam eleições todos os anos. Se a abstenção já era o que era pior seria. Ele enquanto autarca e eleitor defendia que os órgãos, quando eleitos, deviam ser para cumprir os mandatos. -----

-----Quanto à afirmação de que a Câmara gastara dinheiro do seu orçamento em pintura do

pavimento da estrada Santana - Sesimbra devia ter perguntado ao camarada de partido, Vereador Augusto Pólvora, o que é que tinha acontecido porque decerto ele teria elucidado e evitaria que o Membro Carlos Afonso dissesse disparates porque não fora a Câmara mas sim uma empresa porque tinha esse contrato, que tinha responsabilidade de fazer a marcação do pavimento em certos e determinados períodos do ano. -----

-----Quanto às obras que estavam a ser feitas, decerto que o Membro Carlos Afonso há muito tempo não passeava pela excelente zona do Concelho que ía do Marco do Grilo a Alfarim, porque se passeasse verificaria que a Estrada 377 já estava a ser reparada há algum tempo pela Firma Teodoro Gomes Alho. -----

-----As empreitadas que estavam no terreno, que eram nas estradas 378, Sesimbra-Santana, e 377, 2ª. Fase que ía do Zambujal a Alfarim, se o Membro passasse por lá hoje até lhe pareceria uma auto-pista, e ainda faltava o troço de Santana a Venda Nova, eram obras que ele enquanto Presidente da Câmara tivera a oportunidade de reivindicar junto do Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas de que estas obras deveriam ser realizadas no Concelho quanto antes e fora-lhe garantido que as obras seriam postas a concurso num pacote de outras a nível nacional e que estariam no terreno para breve. -----

-----Aquando do lançamento do CDROM do Cabo Espichel questionara o Sr. Secretário de Estado para quando o início das obras e ele respondera-lhe que as obras estavam adjudicadas e que seriam para breve. Portanto todos os que utilizavam aquelas vias tinham era que se regozijarem e não criticar pelo facto das obras estarem em execução. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse querer lembrar o Presidente da Câmara que quando tomara posse e chegara à Assembleia Municipal dissera que no fim do seu mandato Sesimbra não iria ter nem uma, nem duas, mas três ou quatro piscinas, e neste momento, em termos práticos e de facto, continuava-se exactamente na mesma, sem piscinas. -----

-----**O Presidente da Câmara** respondeu que quando chegara à Câmara dissera que iria cumprir com aquilo que já vinha do anterior executivo. Pagara o projecto da piscina do Grupo Desportivo de Sesimbra e desde logo junto da Administração Central, envidara todos os esforços no sentido de, o mais rapidamente possível, o início da obra fosse uma realidade. -----

-----A Câmara fizera o que estava ao seu alcance e hoje o início da obra estava para breve. Quanto à piscina municipal de Sampaio, a Câmara mandara elaborar o projecto que estava em

execução. Quanto à piscina da Associação de Desenvolvimento da Quinta do Conde, a Câmara pagara o projecto, estava para aprovação da Administração Central e a Câmara envidava esforços para o projecto ser aprovado quanto antes. Quanto à quarta piscina lamentava que a Câmara não pudesse participar com uma verba superior e se a piscina ainda não avançara não era por culpa da Câmara mas acreditava que em breve estaria em execução.-----

-----**O Membro Carlos Filipe** ainda disse que o que a Câmara prometera há 4 anos não haviam sido projectos mas piscinas feitas. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** encerrou o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos e deu início à discussão do ponto **2. Alteração dos limites do Concelho de Sesimbra e Barreiro - Alargamento do perímetro do Plano de Urbanização da Quinta do Conde**-----

-----Informou que o processo baixara à Comissão "B" que reunira mas não emitira acta tendo perguntado ao coordenador da Comissão se queria usar da palavra nessa qualidade.-----

-----**O Coordenador** informou que a Comissão reunira mas não emitira acta por manifesta falta de tempo do Coordenador mas sobre a matéria a Comissão não levantara qualquer questão e julgava haver o consenso para votar favoravelmente o assunto. -----

-----Como mais nenhum membro pretendeu usar da palavra **o Presidente da Assembleia Municipal** colocou á votação **a proposta da Câmara Municipal de alargamento do perímetro do Plano de Urbanização da Quinta do Conde, com base na alteração dos limites dos Concelhos do Barreiro e Sesimbra, tendo sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** encerrou o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos e deu início à discussão do ponto **3. Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e do Quadro de Pessoal**, tendo informado que o documento baixara à Comissão "B" que reunira. A própria Comissão solicitara uma reunião de trabalho com a presença da Câmara e alargada aos restantes membros da Assembleia Municipal que se efectuara na passada Segunda-feira e a conclusão dessa reunião foi que a posição ficava para o plenário. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** esclareceu que a Comissão depois da reunião alargada realizara uma reunião nessa mesma noite e colocada a questão da oportunidade da votação do documento, ficara decidido que o Partido Socialista entendia que estava preparado para deliberar sobre a matéria, quanto ao Partido Social Democrata e à CDU entendiam que não era o momento oportuno para votação da matéria. -----

-----Usando em seguida da palavra **o Presidente da Câmara** este começou por referir que apresentar uma proposta de reestruturação dos serviços fora outro dos compromissos que o novo executivo assumira em 1997 com o eleitorado e com os trabalhadores da Câmara Municipal. -----

-----Hoje ali estavam para cumprir e alguns poderiam perguntar porque razão só agora estava a ser presente o assunto à Assembleia Municipal, também ele gostaria e tudo fizera para ter trazido o documento para aprovação há mais tempo, só que não fora possível e pensava que neste momento o mais importante não era estar a discutir datas mais ou menos oportunas para deliberar, porque para a maioria qualquer momento era propício para a discussão quando estava em causa uma adequada organização dos serviços e os direitos fundamentais dos trabalhadores. -----

----- Em suma, esta proposta de reestruturação orgânica iria tornar a estrutura mais eficaz e o novo quadro de pessoal com a adequação às necessidades de pessoal e que ía acabar definitivamente com aquilo que desestabilizava qualquer trabalhador que era o vínculo precário. ----

-----Esta reestruturação traria um nível de satisfação que permitiria atingir um grau de desenvolvimento e de qualidade que preconizara para o Concelho. -----

-----Este fora um processo que desde a primeira hora tivera a coordenação do Vice-presidente, tivera também sempre a seu lado um grupo de técnicos da Câmara, a quem mais uma vez queria manifestar o seu apreço pela forma empenhada como se dedicara à elaboração destes documentos e também ao Vice-presidente que tratara o processo de uma forma que ele enquanto Presidente da Câmara entendera ser a mais correcta. -----

-----Cedido em seguida o uso da palavra ao **Vice-presidente**, este iniciou por dizer que tentaria reduzir a sua intervenção a alguns destaques. -----

-----Em termos dos grandes objectivos que o presidente da Câmara já referira queria apenas acrescentar que garantir a estabilidade a quem trabalhava na Câmara significava também dar à Câmara a possibilidade de ter um maior grau de exigência e de através dessa medida tentar obter maior produtividade e eficácia nos serviços. -----

-----Relativamente à questão de só agora a apresentação do documento, passou a explicar que há não muito tempo na Câmara os próprios vereadores questionavam onde estava o projecto de reestruturação, ou seja todos desejavam ter um projecto de reestruturação. Se não apresentasse agora seria severamente criticado por esse facto, nomeadamente na campanha eleitoral.-----

-----Em termos de estratégia o Membro Carlos Filipe na reunião de trabalho dissera que na

leitura do projecto não se notava que existisse uma estratégia. Do seu ponto de vista esta observação era perfeitamente errada, porque só não via uma estratégia subjacente e que estava na base do projecto de um modelo de gestão quem, por uma questão política, não o queria ver. -----

-----Do seu ponto de vista, esta estratégia assentava, para começar, na prática destes quatro anos. Até outros membros desta Assembleia haviam dito que esta reestruturação era um fato feito por medida e ele entendia que isso era um elogio, e era a prova de que o projecto assentava de facto numa estratégia. Este projecto assentava numa prática que ao longo destes quatro anos fora sendo verificada na sua correcta forma de equacionar a gestão autárquica e através daí o desenvolvimento do Concelho e a satisfação das necessidades das populações. -----

-----Este projecto reflectia uma estratégia porque em primeiro lugar criava um gabinete de planeamento estratégico porque entendia que para gerir melhor Sesimbra devia haver um plano de desenvolvimento estratégico, um plano sustentado e um plano de desenvolvimento equilibrado de todo o território concelhio e que devia ser feito para funcionar num horizonte temporal relativamente razoável. -----

-----Em segundo lugar porque da leitura atenta do projecto se apostava claramente no turismo como um motor de desenvolvimento do Concelho. -----

-----Criava-se um departamento quase vocacionado para o turismo, criava-se uma divisão em que o turismo aparecia associado à cultura porque do ponto de vista da Câmara o turismo promovia-se com uma oferta cultural de qualidade por um lado, com base no património quer natural quer construído, também numa vertente ambiental e era criada uma área para especificamente tratar de um ponto de vista integral a questão ambiental, embora o ambiente fosse alvo de muitos sectores da Câmara, mas ao nível do Departamento de Planeamento Urbanístico, da Divisão de Planeamento Urbanístico onde era criado um sector de ambiente onde, de uma forma de A a Z trataria todos os problemas de concepção das questões ambientais, mas para isso antes de avançar nessa base devia-se completar as infra-estruturas. -----

-----Era esse o esforço que vinha sendo feito nestes quatro anos e continuaria a ser feito por mais algum tempo. Para isso considerara-se que o DTE actual que era o departamento que tratava das obras municipais era demasiado grande para ser operacional e fora dividido em 2 áreas de responsabilidade diferentes com diferentes direcções e diferentes chefias para melhorar o tal esforço que ainda havia a fazer na área das infra-estruturas. -----

----- Mas também era preciso requalificar o espaço urbano através de um planeamento integrado, e tinham sido integradas todas as vertentes de planeamento no DAPU, quer o planeamento de infra-estruturas, quer o planeamento urbano, porque estavam em diversas unidades e as coisas eram feitas por vezes de costas voltadas, apesar de nos últimos quatro anos se ter tentado modificar a situação. -----

-----O Projecto Municipal Quinta do Conde que existia há alguns anos na estrutura da Câmara fora reabsorvido pelos departamentos próprios da matéria e passavam a ter cada área de especialidade, quer o ambiente e águas, quer as obras municipais, quer a própria administração de planeamento urbanístico. Isto também significava operacionalizar na perspectiva da construção de infra-estruturas e do planeamento urbanístico. -----

-----Para continuar a apostar no turismo como um motor de desenvolvimento a Câmara tinha que construir equipamentos de qualidade. -----

-----Portanto a seguir ao plano estratégico e para ficar claro que havia uma aposta decisiva no turismo como motor de desenvolvimento, a Câmara iria fazer uma revisão do PDM a breve prazo que seria coordenada de forma centralizada por um órgão dentro da Câmara, independentemente da equipa que o fosse fazer, e iria ser também acompanhada pelo Planeamento Urbanístico através da Divisão que já referira.-----

-----Por outro lado a Câmara autonomizara aquilo que fora um pouco que este mandato fora o embrião, ou seja o Gabinete de Apoio ao Empresário, autonomizara numa área um pouco mais desenvolvida que se chamava o Gabinete de Dinamização das Actividades Económicas, que tinha uma equiparação, em termos de estrutura, a Divisão. Era uma área onde a Câmara apenas tinha que providenciar apoio aos particulares que tivessem projectos de investimento no Concelho mas fora autonomizada dando-lhe a importância que ela tinha na perspectiva de que a Câmara pudesse apoiar fortemente as actividades económicas. Criara-se inclusivamente as actividades económicas e através disso a criação de novas empresas, relocalização de empresas na concelho e a criação de mais emprego. Fora criado um gabinete específico para as pescas porque se considerava que as pescas eram uma actividade tradicional cuja crise de hoje e se calhar de amanhã obrigava a que a Câmara se dedicasse fortemente e que tivesse técnicos capazes de trabalhar em conjunto com as entidades do sector numa perspectiva de resolver, ou ajudar a resolver, as deficiências que esta actividade tinha no Concelho actualmente, mas também para a hotelaria e restauração, para o

próprio desenvolvimento de loteamentos industriais ou polos tecnológicos que o PDM previa ou que o novo PDM pudesse vir a criar. Portanto esse Gabinete seria uma entidade que prestaria todo o apoio para que tudo avançasse. -----

-----Em termos de números relativamente às unidades novas a criar, que era uma questão algo polémica, quis fazer notar que ao nível técnico, e era só aí que havia reforço porque era considerado estritamente necessário porque a estrutura actual não respondia em termos técnicos às necessidades que existiam, e passava a explicar o seguinte: quando se dizia que se pretendia passar de 12 para 28 divisões, que era um salto forte, devia-se dizer que hoje eram 12 do ponto de vista formal mas eram muitas mais do ponto de vista informal. Existiam já hoje grupos de trabalho, equipas de trabalho sectorial, que funcionavam claramente como divisões e que o técnico que estava responsável pela sua coordenação tinha uma responsabilidade acrescida porque felizmente os técnicos tinham a capacidade de responder nessa base, mas a Câmara não tinha forma de os diferenciar dos restantes técnicos do ponto de vista da responsabilidade que a Câmara lhes pedia e que sabiam dar. Seria bastante mau que a situação se prolongasse por muito mais tempo. Informalmente a Câmara tinha 10 grupos de trabalho a funcionar como divisões, portanto as 12 eram 22 e a proposta era passar para 28.-----

-----Era exigente que se fizesse o reforço na área técnica o mais depressa possível porque também pensava que mais direcção e mais chefia era igual a maior exigência de gestão e mais responsabilidade, portanto quem tivesse a seu cargo todo o trabalho de gestão autárquica tinha a possibilidade de pedir mais responsabilidades depois de criar estas divisões e depois de ter os técnicos nomeados para a sua direcção e chefia.-----

-----Quase todo o pessoal contemplado nesta transição já desempenhava neste momento, e alguns há já algum tempo, funções na Câmara Municipal de Sesimbra, ou seja a Câmara ao longo dos 4 anos tinha tido necessidade de contratar mais pessoas que desempenhavam, de uma forma sustentada quer em termos financeiro, quer em termos da necessidade de satisfazer as tais necessidades adicionais que esta Câmara entendera pôr no terreno. -----

-----Embora se tratasse de um recurso a contratações porque não havia um quadro que permitisse um desenvolvimento daquela natureza, o próprio recurso às contratações acabava por facilitar um pouco a vida no sentido de que havendo receita a um nível que possibilitasse desempenhar determinadas funções, ir para o terreno e para a rua e fazer determinadas obras e prestar

determinados serviços, a Câmara podia desenvolvê-los, não havendo havia a possibilidade de retracção.-----

----- Mas o que era certo era que ao longo dos 4 anos tinha havido aquela possibilidade e verificara-se que eram funções que eram perfeitamente enquadráveis naquilo que era a tarefa normal da Câmara e a missão que a Câmara tinha perante os munícipes, e por essa razão e porque considerava que a sustentabilidade financeira se iria manter a Câmara apostava numa perspectiva de tornar as funções estruturais e definitivas na estrutura de funcionamento. -----

-----Por outro lado havia um aspecto que também gostaria de referir. O Concelho de Sesimbra em 10 anos aumentara cerca de 10 mil pessoas e 6.300 habitações, ou seja, fora o 3º concelho no País que mais crescera, e a Câmara tinha que se adequar àquele crescimento, e este indicador vinha de certa forma validar a necessidade de alterar a reestruturação do pessoal e provavelmente se não fosse isto não haveria a necessidade de fazer o reforço. -----

-----Sobretudo este aumento tinha a ver com a nova gestão que apontava para três áreas de responsabilidade, novas competências que a Câmara tinha, novas áreas onde a Câmara pretendia intervir ou melhoria de algumas áreas actualmente já em vigor. Em termos de maiores competências, os jardins de infância da rede pública, refeitórios escolares, em termos de novas áreas de intervenção, os parquímetros, o sector do arquivo, os sapedores florestais durante todo o ano, o serviço de saúde ocupacional que tinha mais valências, o Castelo, o SIG, o próprio Gabinete de Apoio ao Empresário, em termos da melhoria das áreas actuais, a abertura contínua à hora de almoço de alguns serviços, a recolha diária de lixo na Quinta do Conde, as centrais de esgotos a funcionar durante 24 horas, tudo isto eram coisas que a Câmara queria manter na sua acção para o futuro e eram coisas que se vinha já a fazer embora por recurso até hoje a trabalho contratado e a partir de hoje com a possibilidade de ser trabalho com vínculo de grande estabilidade. -----

----- O quadro actual tinha cerca de 530 pessoas e cerca de 240 contratados, o que apontava para valores na ordem dos 765 actualmente trabalhadores na Câmara. O recrutamento novo que este projecto implicaria para o ano de 2002 apontava para uma necessidade de cerca de 25 pessoas, o que significava que no final de 2002 ter-se-ia cerca de 790 colaboradores. Comparando com a situação há 4 anos, no final de 97, a Câmara tinha cerca de 570 pessoas, das quais 140 eram contratadas, o que significava que, nestes quatro anos se dera um salto que considerava qualitativo de cerca de 200 pessoas, das quais na situação de Dezembro de 2001, mais 100 eram contratadas.

Portanto hoje a Câmara tinha 760, dos quais 240 eram contratados. Eram pessoas que ao longo destes quatro anos tinham passado a colaborar com a Câmara e eram pessoas que tinham a sua tarefa claramente definida no serviço que estavam a prestar à população.-----

-----Passou em seguida a ler parte do parecer do STAL recebido há alguns dias "na sua globalidade a proposta contemplava (...) a integração no quadro de pessoal de um significativo nº. de trabalhadores que exercem funções essenciais ao funcionamento dos serviços e actualmente contratados a termo certo e com vínculo precário". -----

-----Em termos de uma breve análise financeira da tal sustentabilidade e viabilidade da proposta, o Vereador passou a dizer que a viabilidade estava confirmada porque a totalidade do acréscimo que representava o salto que agora propunha de mais 25 funcionários que tinha necessidade de contratar em 2002, isto face a um volume com despesas com pessoal que estava consolidado ao nível do total de efectivos que a Câmara tinha, quadro mais contratados, representava um acréscimo de 100 mil contos que representava cerca de 4,7% do orçamento com o pessoal de 2001 e que representava cerca de 1,8% do total da despesa estimada para 2002, ou seja não eram valores significativos e muito menos que preocupassem porque os rácios legais que obrigavam a Câmara todos os anos a comparar as despesas de pessoal do ano com as receitas correntes obtidas no ano anterior permitiam, com os valores que apresentara, que no final de 2002 esse rácio andasse por valores próximos dos 50%, quando o valor limite legal desse rácio era de 60%, podendo ainda haver um acréscimo de 15% para pessoal extra quadro. Se se construísse um cenário no qual ao longo dos próximos 5 anos a receita corrente da Câmara estabilizasse ou seja não crescesse, cenário que considerava irreal, porque nunca a seguir ao 25 de Abril tal acontecera e as receitas superavam sempre as do ano anterior, mesmo assim com este cenário contando com os aumentos normais salariais não se chegaria aos 60% em 2005, ficaria por volta dos 58%.-----

-----Por outro lado a prática da Câmara era de investir sem qualquer receio e o próprio investimento gerava receita. Este executivo já provara que sabia investir. O investimento realizado nos últimos 4 anos quase duplicara face ao investimento dos 4 anos anteriores, aumentara 99%. Para isso fora apenas necessário que as receitas tivessem aumentado cerca de 78%. A despesa corrente por seu lado aumentara muito menos, cerca de 60%, comparando com o mandato anterior, ou seja a Câmara sabia investir e fazia-o, nomeadamente em termos de despesa corrente, de uma forma controlada.-----

-----Concluindo a intervenção disse que se tratava de um projecto com qualidade e que fora alvo de grande cuidado durante a sua elaboração. Eram os trabalhadores que estavam em causa em primeira instância e tinha, como já provara, o apoio da Comissão Sindical. -----

-----Atrasar mais seria protelar a obtenção de vínculos e prolongar a precaridade no emprego. ---

-----Um segundo aspecto era a criação de novas valências que potenciassessem uma ainda maior prestação de serviços às populações. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** que começou por dizer que a posição do PSD sobre a matéria já fora exposta quer na reunião da Comissão, quer na reunião alargada. -----

-----Na sua opinião o documento tinha duas lacunas graves. Uma delas era porque não tinha uma estratégia clara definida para o Concelho de Sesimbra, e a outra lacuna era a falta de um elemento essencial que era a projecção e influência em termos económicos que a aprovação do quadro poderia vir a ter nos próximos anos para a Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Relativamente à ausência de estratégia esta fora muito bem explicada pelo Vereador Manuel José Pereira, porque quando o Vereador dizia que a proposta tinha uma estratégia e tanto assim era que criava um Departamento de Estratégia e Planeamento, era a confissão clara de que não havia estratégia, porque quando se definia a estratégia de uma empresa, de uma Câmara Municipal ou de um organismo, era claramente definido onde se estava e para onde se ia em termos da vontade política. Este era o quadro que se tinha e este era o quadro que se queria desenvolver. -----

-----Podiam dizer que a estratégia estava contida nas diversas páginas do documento, mas não estava, o que estava era uma justificação. Quando se definia uma determinada estratégia era dito que aquela era a estratégia e a missão para a Câmara Municipal de Sesimbra e que devia ser seguida com base na estratégia e portanto iria criar uma estrutura que sustentasse e conseguisse levar por diante a estratégia. Aquele princípio estava em qualquer manual, por muito simplificado que fosse, da definição das organizações. -----

-----A segunda questão tinha a ver com a projecção económica e financeira do quadro na autarquia. Não bastava as explicações do Vereador Manuel José porque a projecção não era apenas em termos de receitas e aumentos salariais. O PSD não se estava a referir à integração de 20 trabalhadores no quadro, mas na integração de 230 trabalhadores, ou seja cerca de 40% de trabalhadores a mais no quadro. A proposta devia dizer que a perspectiva da Câmara face aos

projectos e às possibilidades em termos de evolução eram: em termos de receitas seriam estas, em termos de despesas seriam estas, porque não se devia esquecer que a Câmara vivera neste período de 4 anos um período de "vacas gordas" e todos os outros mandatos viviam na perspectiva do crescimento do Concelho, em termos de urbanizações, e já se ía notando um certo decréscimo noutras áreas e algumas dificuldades em determinadas áreas económicas. -----

----- O grande problema da Câmara não era hoje e se calhar nem no próximo mandato, começava a ser a partir do momento em que a Câmara Municipal tivesse que dar resposta de manutenção a um conjunto de infra-estruturas, que neste momento apenas estava a receber. Era muito fácil receber taxas e licenças, ligações de esgotos e receber infra-estruturas, nomeadamente caminhos e ruas, mas a Câmara ao receber tinha um compromisso que estava no âmbito das suas competências de manter estas infraestruturas a funcionar. Não via isto tratado na proposta apresentada pela Câmara. Ninguém tinha ideia de quais iriam ser as necessidades em termos de manutenção para os próximos anos. Hoje ainda se falava na construção e não se conseguia dar satisfação a um conjunto de necessidades e de infraestruturas no Concelho, perguntava como é que se iria dar resposta à continuação da construção das infra-estruturas e depois à manutenção das que já recebeu. -----

----- Por estas razões referia que era necessário um estudo económico aprofundado sobre esta matéria.-----

-----Assim, o PSD entendia que o documento não devia ser votado neste momento porque faltavam elementos essenciais e não era com meras justificações e palpites relativamente à eventual situação de crescimento, ou não crescimento de receitas, que se podia deliberar sobre uma matéria daquela natureza. -----

-----Em segundo lugar estava-se a 15 dias de eleições autárquicas, destas eleições iria sair um novo executivo, uma nova Assembleia Municipal, apresentar à Assembleia um documento daquela envergadura com o peso que tinha na vida da Câmara para o futuro parecia-lhe despropositado, quando durante 3 anos a Câmara sempre dissera que era para o ano, até que finalmente chegara o ano e precisamente no fim do ano. Lembrava que quando fora a discussão do Plano e Orçamento para 2000 o Vereador Manuel José referira que naquele ano seria presente a proposta de reestruturação.-----

-----Por outro lado havia a preocupação já manifestada pelo Vereador Manuel José e pelo Presidente da Câmara de que esta proposta era feita a pensar nos trabalhadores da Câmara, mas

também o PSD pensava nos trabalhadores da Câmara simplesmente não colocava o acento tónico nessa matéria porque tinha a obrigação de não só zelar pelos trabalhadores da Câmara mas também pelo Concelho. -----

-----Quando se falava em adiar vínculos era a maior mentira que já ouvira porque mesmo que a Assembleia Municipal aprovasse o documento hoje ele só entraria em vigor em Março do ano que vinha portanto a proposta não era de uma urgência mas sim de um claro oportunismo político a sua apresentação neste momento, por isso mesmo a sua Bancada passava a apresentar a seguinte proposta: -----

-----"**Dado que o PSD considera que discutir e deliberar sobre um documento tão importante como a proposta de reestruturação orgânica dos serviços e do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sesimbra a quinze dias das eleições autárquicas, não faz sentido; ---**

-----**Considerando que a estrutura orgânica deverá ser essencialmente um instrumento adequado a gerir uma organização e não deverá ser criada a imagem de garantir postos de trabalho a quem quer que seja; -----**

-----**Considerando por isso que esta discussão é inoportuna, ao fazer esta proposta de adiamento de aprovação deste assunto para Janeiro, não se põe em questão os postos de trabalho dos trabalhadores da Câmara Municipal, simplesmente em Janeiro poderão existir outras pessoas no comando da autarquia de Sesimbra e haverá outro executivo camarário que deverá ter o direito de fazer outras propostas de enquadramento dos trabalhadores no quadro e possivelmente até de lhes criar outras condições de trabalho. -----**

-----**Não se vê assim nenhuma razão para que esta Assembleia impossibilite qualquer força política que ganhe as eleições em Dezembro que possa fazer a sua introdução em Janeiro. ----**

-----**O PSD propõe o adiamento da discussão e votação deste documento para o início do próximo mandato permitindo ao próximo executivo municipal e à Assembleia Municipal que delibere sobre esta matéria." -----**

-----Explicou depois que o primeiro parágrafo da proposta que acabara de ler eram declarações do Eng. Mário Cascais, o segundo parágrafo eram declarações do Dr. Aurélio de Sousa, o terceiro parágrafo era uma conclusão do Eng. Mário Cascais, o 4º. parágrafo eram declarações do Eng. António Marques, ou seja a proposta que acabara de ler era a cópia integral de declarações que o PS e o Dr. Aurélio de Sousa haviam feito nesta Assembleia Municipal há sete anos atrás aquando da

discussão da proposta de Reestruturação do Pessoal com um aumento de 25 trabalhadores e não de 230, **que a CDU, a um mês de eleições, apresentara ao órgão deliberativo.** -----

-----**O Membro Carlos Afonso** iniciou a sua intervenção dizendo que a apreciação que iria fazer deste documento tão importante para a Câmara em termos de gestão futura, era política e não técnica. -----

-----Essa apreciação política advinha de uma intervenção que o actual Presidente da Câmara fizera há 4 anos atrás na qualidade de candidato à presidência num jornal local que referia mais ou menos o seguinte: "a Câmara Municipal de Sesimbra funciona sobre uma máquina pesada e se nós ganharmos as eleições é para revê-la porque de facto os encargos são elevados" -----

-----Durante 4 anos a sua Bancada questionara a Câmara sobre o que é que se passava sobre a matéria e a resposta que obtinha era que de facto estavam a trabalhar e finalmente hoje aparecia o fruto de um trabalho que não era nada mais, nada menos, do que dar cobertura às expectativas criadas às pessoas que entretanto foram sendo admitidas. Para quem tinha a intenção de avançar para um estudo independente para se apresentar um documento em termos de reestruturação orgânica não fazia sentido ir admitindo pessoas sem saber para que locais e departamentos iriam trabalhar mas aguardar se essa intenção era credível de se fazer, ou seja, em vez de se fazer o estudo no primeiro ano de mandato fora-se admitindo pessoas, criando-se expectativas nessas pessoas e só no final aparecia uma estrutura orgânica que no fundo era um fato à medida das pessoas admitidas como o Vereador atrás referenciara. -----

-----A sua Bancada não estava contra os trabalhadores mas também era preciso ver que se em 1997 a estrutura orgânica da Câmara implicava em matéria salarial global, com horas extraordinárias e tudo, na ordem de 1.100.000 contos aproximadamente, esta estrutura orgânica já para o próximo ano andava à volta dos 2.300.000 contos, portanto não estava em causa as pessoas porque elas tinham ido na perspectiva do emprego e agora ou entravam ou não no quadro, o que estava em causa eram os valores, e não importava vir dizer que a Câmara tinha receitas correntes que davam cobertura, porque perguntava tinha receitas correntes até quando. Se a Câmara que viesse a ganhar as eleições colocasse no seu programa a revisão do PDM, os loteadores ficariam na expectativa e poderiam estar alguns dois ou três anos sem investir. -----

-----Na sua análise considerava que primeiro deveria ter sido feito o estudo e depois admitir as pessoas. -----

-----Não se devia comparar esta proposta de estrutura orgânica com a proposta pela CDU em 1993, que fora a única, em 22 anos de gestão que fora presente em véspera de eleições, e a da CDU admitia 25 pessoas no quadro, esta admitia 230. -----

-----A sua Bancada corroborava da opinião já manifestada pelo Membro Carlos Filipe, a qual aliás fora expressa nas reuniões havidas, de adiamento da votação do assunto. Ficavam com conhecimento real e concreto da proposta e de toda a documentação anexa, mas devia-se dar o benefício da dúvida ao novo executivo para a poder apreciar e dizer se servia ou não. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Francisco Alvim** que argumentou que na gestão CDU esta recebia, por exemplo, 120 contos, gastava 100 contos para manutenção da Câmara e fazia 20 de obra. A gestão PS ganhava 240 contos por mês e gastava 200 para assegurar o funcionamento da Câmara e fazia 40 de obra. Se gastasse 140 sobrar-lhe-ia 100 para fazer obra que era 5 vezes mais que poderia ter feito de obra. -----

-----Disse ainda que pela forma como o Concelho crescia iria engordar muito e não haveria "Tallon" que valesse.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Miguel Bastos** que iniciou o seu discurso dizendo que a proposta de reestruturação orgânica dos serviços municipais e do quadro de pessoal só chegara a esta Assembleia Municipal em Novembro mas a revisão da sua estrutura começara praticamente no final do primeiro ano do mandato. -----

-----Embora a proposta final não tivesse sido consensual de todas as forças políticas a sua discussão fora participativa tendo sido aprovada pela Câmara. -----

-----Apesar de se estar no final do mandato a Câmara sustentava que era importante levar-se para a frente a aprovação da revisão da estrutura. -----

-----A Comissão Sindical dos Trabalhadores da Câmara Municipal dera o seu acordo à reestruturação orgânica dos serviços municipais e do quadro de pessoal. -----

-----Da leitura dos documentos em discussão tirara as seguintes conclusões: era urgente e necessário aprovar a revisão da estrutura e organização dos serviços municipais. -----

-----O documento apresentado fora discutido e analisado durante muito tempo e contava na sua elaboração com pareceres técnicos de serviços especializados tendo em conta todos os aspectos legais e administrativos. Estava certo que tinham presente um documento justo, oportuno e bem elaborado.-----

-----A posição dos trabalhadores tornada pública aqui através da carta da sua estrutura sindical era bastante clara no apoio que os trabalhadores davam ao documento. -----

----- Não estava portanto minimamente de acordo com o adiamento da discussão do assunto para outro mandato com outras pessoas na vereação e na Assembleia porque não via que isso resolvesse nada, naturalmente que a Bancada votaria contra a proposta de adiamento. -----

-----Perguntava à Assembleia se considerava que em Janeiro existiriam condições para a nova Câmara apresentar à nova Assembleia esta mesma proposta ou quanto tempo levaria a elaborar uma outra proposta no caso da nova Câmara não concordar com a presente. -----

-----Achavam, ou não, que os trabalhadores da Câmara eram prejudicados, tendo em conta que este processo se arrastaria por algum tempo e com resultados perniciosos para a mesma. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Digníssimos Membros desta Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, estimados munícipes, as palavras que acabam de ouvir nesta minha intervenção não são da minha autoria e muito menos da Bancada do PS desta Assembleia, são palavras, são extractos de intervenções de distintos Membros da Bancada da CDU e do seu Vereador Augusto Pólvora. Na realidade este é um resumo das intervenções que o Vereador Substituto do Presidente da Câmara ao tempo, Augusto Pólvora, em 1993 fez nesta Assembleia em nome do seu Presidente que não estava presente. São também as palavras de ilustres membros da Bancada da CDU de então, José António Raposo e da actual Membro Conceição Morais, ou seja, em 1993 quando se discutiu uma estrutura e organização dos serviços do tipo da actual em vésperas de eleições a CDU considerava justo que a mesma fosse aprovada, opondo-se como se opôs a que fosse possível um adiamento. A reestruturação foi aprovada com 6 votos a favor da CDU e 10 abstenções. A CDU não tinha a maioria mas fora possível aprovar a sua proposta graças ao respeito que as outras forças políticas tiveram pelo seu trabalho. -----

-----Oito anos mais tarde, numa situação em tudo idêntica à anterior, já pretendia que não fosse aprovada mas sim que fosse adiada. Aquilo que se passava hoje era exactamente aquilo que se passara há oito anos. -----

-----Pensara muito o que deveria fazer, se deveria aceitar o adiamento, se deveria aguardar por um novo executivo, se deveria participar, se tinham fundamento as criticas e as pseudo-críticas que eram feitas à estruturação e ao quadro de pessoal. -----

-----Analisara os prós e os contras e conclura: -----

-----1º. O Partido Socialista apresentou-se ao eleitorado há 4 anos com um conjunto de propostas e compromissos assumidos quer com os munícipes eleitores, quer com os trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra, nos quais constava a reestruturação orgânica dos serviços municipais e do quadro de pessoal; -----

-----2ª. Durante quatro anos dedicou-se afincadamente a esta tarefa, conseguindo elaborar uma proposta que equaciona de uma forma equilibrada a reestruturação que julgamos necessária para a Câmara Municipal de Sesimbra; -----

-----3º. Foi a mesma presente à Câmara Municipal que a aprovou por maioria sem votos contra; -

-----4º. Enviou à Assembleia Municipal de Sesimbra a proposta a fim de que este órgão a aprovasse. Todos gostaríamos que as propostas tivessem vindo mais cedo pois se considerarmos que constituiu um progresso para a Câmara Municipal de Sesimbra seria um benefício sem dúvida para a autarquia se estivesse em aplicação há mais tempo. -----

-----Estamos portanto perante uma decisão de poder aprovar ou não. -----

-----Após uma análise profunda da questão a Bancada do Partido Socialista concluiu: Tendo o Partido Socialista assumido com os eleitores do Município e com os trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra o compromisso de realizar neste mandato a reestruturação orgânica dos serviços municipais e do quadro de pessoal, não existem razões justificativas, estando os documentos concluídos e aprovados pela Câmara Municipal, de não serem também aprovados por esta Assembleia. -----

-----Se os munícipes do nosso concelho conferiram um mandato maioritário e para ser exercido do primeiro ao último dia, a Bancada do PS assumia a mesma responsabilidade. A não aprovação da reestruturação por parte do Partido Socialista constituiria uma grave quebra de compromisso com os seus eleitores tanto mais grave quanto estamos em tempo de pedir contas. Se o Partido Socialista não aprovasse esta reestruturação correria o risco amanhã, e nos dias subsequentes da campanha autárquica de 2001, de vir a ser acusado pela forças políticas da oposição de não ter cumprido com os seus eleitores o que se tinha comprometido. -----

-----A proposta de adiamento do PSD que pensava que a CDU também subscrevia sobre esta questão não colhia identidade com o processo de 1993 porque a questão fundamental era haver vontade política, ou não, para a referida reestruturação. Quando o PS há oito anos pela voz do Eng. Mário Cascais, propusera o adiamento, o contexto político era totalmente diferente. Aguardava-se

uma mudança política no Concelho que só não se verificara em 1993 por 400 escassos votos, verificara-se em 1997 e o Partido Socialista assumia compromissos. -----

-----Agora a situação era diferente porque a mudança já se dera e nas próximas eleições tinha indicativos de que o PS não só se ia manter como possivelmente se ia reforçar. -----

-----A proposta de 1993 de 25 elementos era uma proposta dentro de um contexto para uma determinada dinâmica, não era possível na dinâmica de hoje da Câmara participada pelo Partido Socialista manter esse mesmo contexto. -----

-----Aliás perguntava quais os benefícios que viriam para o Concelho desta votação ser adiada? -

-----Por tudo isto a Bancada do Partido Socialista ia aprovar e viabilizar a reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e do Quadro de Pessoal. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** chamou a atenção do órgão para a entrada na Mesa da proposta apresentada pela Bancada do PSD de adiamento da votação da proposta da Câmara, e uma vez que os três líderes de Bancada se tinham pronunciado perguntava ao proponente se pretendia que a mesma fosse já colocada à votação ou continuar a discussão da matéria. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que se deveria continuar com a discussão do assunto. -----

-----**O Membro Maria da Conceição Morais Matias** disse que não vinha preparada para intervir no debate porque era complicado preparar uma sessão numa altura destas com este tipo de debate com a responsabilidade que uma discussão como aquela exigia, mas sendo a sua última participação na Assembleia Municipal ao longo de seis mandatos, achava que devia dizer alguma coisa, porque fora referido com muito ênfase, e achava que era justo porque a Comissão Sindical dos Trabalhadores da Autarquia merecia ser reconhecida e ouvida, apesar de tarde mas fora ouvida, o Vice-Presidente lera uma parte do parecer da Comissão Sindical, mas ela passaria a ler na íntegra o parecer da Comissão Sindical, porque também já fora referido pelo Membro Miguel Bastos o parecer mas este tinha 3 pontos, um ponto referia aspectos positivos e dois pontos referiam aspectos negativos, e como dos negativos ninguém falava, passaria a lê-lo na íntegra: -----

-----"Na sua globalidade a proposta contempla grande parte das reivindicações apresentadas por esta Comissão nas reuniões de trabalho realizadas com a Câmara Municipal, com destaque para a integração no quadro de pessoal de um significativo nº. de trabalhadores que exercem funções de carácter permanente e essenciais ao funcionamento dos serviços e actualmente contratados a termo certo e com vínculo precário. O investimento na implementação de acções de formação profissional

dirigidas para o sector operário auxiliar, administrativo e técnico, são também uma das reivindicações que ao longo do tempo foram apresentadas sendo um vector fundamental para a valorização profissional dos trabalhadores.-----

-----Relativamente ao aumento significativo do nº. de dirigentes e chefias, com o consequente aumento de departamentos e divisões ficamos na expectativa quanto ao seu reflexo na melhoria das condições de trabalho e consequente funcionalidade e qualidade dos serviços a prestar às populações-----

-----No que concerne ao parâmetro das **inovações** vemos com muita preocupação a proposta para a eventual criação de empresas municipais ou mistas e a opção do out-sourcing (compra e venda de serviços) pelo que estamos atentos ao desenvolvimento destas eventuais acções para que delas não advenham prejuízos para os trabalhadores nomeadamente a perda do vínculo à função pública e o consequente retorno ao trabalho precário bem como o previsível aumento dos serviços a prestar à população do Concelho de Sesimbra."-----

-----Em relação à sua posição em 1993, era exactamente igual à posição que defendia hoje e que vinha defendendo ao longo dos anos que era uma posição de defesa intransigente de que o trabalhador tivesse o direito ao trabalho com direitos e não lhe parecia que na estrutura apresentada na proposta isso estivesse perfeitamente garantido. Pesasse o facto de passarem para o quadro um nº. significativo de trabalhadores e as suas preocupações não eram exactamente as mesmas do Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira, embora ela também achasse que o peso das despesas correntes era imenso e ninguém tinha garantia nenhuma que o futuro continuasse como acontecera nos últimos quatro anos, em termos de receitas correntes, mas considerava que os direitos dos trabalhadores eram para defender e o direito ao trabalho com vínculo, com garantia, defendia isso intransigentemente.-----

-----Esta estrutura, como era apresentada, com a intenção de passar de 12 para 28 divisões, o nº. de departamentos, etc, era muito complicado porque não se vislumbrava trabalho efectivo, melhorias efectivas, neste Concelho, fruto deste ensaio que ao longo dos 4 anos a Câmara Municipal fora fazendo, em termos de admissão de mais pessoal, admissão de mais técnicos. Não tinha nada contra que se admitisse gente tecnicamente preparada para executar da melhor forma o serviço e as exigências que o Concelho cada vez mais exigia, fora dito e bem que o Concelho aumentara nos últimos 10 anos no nº. elevado de moradores e de habitantes, naturalmente que

paralelamente a isso fora necessário aumentar o nº. de trabalhadores da Câmara, admirava-se era que para um aumento tão grande de trabalhadores aos vários níveis da estrutura, desde pessoal técnico especializado até ao pessoal operário, auxiliares, etc, todo este crescendo que se fora verificando não tivera de facto repercussão na melhoria da qualidade de vida da população deste Concelho, durante quatro anos não tivera repercussão.-----

-----Podiam argumentar que agora se estava a fazer tudo e que em breve se iria fazer mais, mas este encharcamento de pessoal deveria ter trazido de facto benefícios maiores à população do Concelho.-----

-----Em relação à comparação entre 1993 e agora, vinte e cinco trabalhadores eram 25 trabalhadores, 230 trabalhadores eram 230 trabalhadores, pensava que não havia comparação possível, era em tudo diferente.-----

-----Pela parte que lhe tocava e dizia-o com a sinceridade que a caracterizava não se sentia conscientemente preparada politicamente para aprovar esta proposta. Não se sentia também em condições de a rejeitar. Achava que era extemporânea, não era exequível, quem viesse a seguir não a ía executar, iria ter que rever aquilo tudo, ía ser necessário fazer um novo estudo.-----

-----Pensava que a proposta do Membro Carlos Filipe, a ser aceite, teria a vantagem de poder não deixar para um executivo que vinha a seguir, não deixar para uma assembleia que vinha a seguir, que na esmagadora maioria estava convencida que seriam as mesmas pessoas na Assembleia Municipal. Achava que era perfeitamente compreensível que a votação fosse adiada para o início do próximo mandato. Pensava que não havia necessidade da Assembleia se estar a comprometer com uma coisa que se sabia não seria possível cumprir como estava.-----

-----**O Membro Miguel Bastos** esclareceu que quando referira, na sua intervenção anterior, a Comissão Sindical fora relativamente a 1993.-----

-----Mais acrescentou que na sua opinião a reestruturação devia ser independente do problema do pessoal, eram questões distintas. Obviamente achava que se o pessoal lá estava o Município devia fazer um esforço por integrá-lo de uma forma pacífica e coordenada desde o momento que a autarquia tivesse condições para isso.-----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que lhe parecia que a discussão estava resumida à oportunidade do documento.-----

-----Disse depois que não fora unicamente relativamente à reestruturação dos serviços que o PS

assim como o PSD se haviam manifestado no sentido do adiamento da votação em vésperas de eleições. Também há 4 anos, em vésperas de eleições, aquando da aprovação da Tabela de Taxas e Cedências da Área de Urbanismo, embora fosse considerado pelo executivo CDU a oportunidade da votação porque se tratava de um documento fundamental para as receitas da Câmara, apesar do PSD entender que a altura era oportuna para discutir, mas porque o PS fizera força para não ser votado antes do fim do mandato decidira-se devolver a matéria à Câmara Municipal e ela voltara depois em Março ou Abril do primeiro ano do mandato do PS com as alterações que o Partido Socialista entendera introduzir. -----

-----Sendo um documento que não tinha a importância estrutural que o presente tinha, tinha importância relativamente às receitas da Câmara e a Assembleia Municipal aceitara a inoportunidade política para a discussão do regulamento e passara-o para o mandato seguinte.-----

-----Prosseguiu dizendo que não estavam em causa postos de trabalho, nem rendimentos, nem trabalhadores, com a aprovação, ou não, do documento, o que estava em causa era a apreciação que o próximo executivo pudesse fazer relativamente a esta proposta porque poderia ter uma perspectiva diferente, mas com esta ou com outra estruturação, os postos de trabalho não corriam qualquer risco. -----

-----Concordava com o Membro Miguel Bastos quando dizia que se devia distinguir a questão do pessoal com a da estrutura. Devia-se distinguir a questão da estabilidade com a questão da necessidade e orientação política que pudesse ser dada na autarquia no próximo executivo relativamente à arrumação da estrutura que era apresentada. -----

-----O que não era legítimo era que a Assembleia Municipal amarrasse o próximo executivo a uma estrutura daquela dimensão porque não seria possível com a facilidade que tinham feito crer, alterar a estrutura depois de aprovada pela Assembleia porque se criavam vínculos. -----

-----Se por exemplo a Câmara deliberasse pedir autorização à Assembleia Municipal para contrair um empréstimo de 10 milhões de contos para fazer determinadas obras, o próximo executivo ficaria amarrado a este empréstimo e não conseguiria fazer absolutamente nada. -----

-----A questão que ali estava presente era de ética política. -----

-----Quem viesse tinha o direito de decidir e não devia estar amarrado a uma decisão que hoje a Assembleia Municipal tomasse. -----

-----Todos tinham feito citações mas a única força política que não fora citada fora o PSD por

uma questão de coerência. -----

-----Usou depois da palavra o **Vice-Presidente da Câmara Municipal** que iniciou por dizer que o ano de 1999 fora o único em toda a gestão democrática da Câmara de Sesimbra em que as despesas de capital foram superiores às despesas correntes, e isto não tinha a ver só com o volume da receita mas sim com a gestão e com a aplicação das verbas que a Câmara tinha à sua disposição.

-----Tinham havido anos em que as despesas com pessoal, que era uma parte das despesas correntes, tinham sido superiores às despesas de investimento. Estes eram raciocínios que provavam que o raciocínio do Membro Francisco Alvim não colhia. -----

-----Relativamente à questão posta pelo Membro Conceição Morais disse que tinha muito respeito por aquelas questões. Nunca fora sindicalista mas pertencera muitas vezes a comissões de trabalhadores que era uma luta sindical de uma forma diferente e independente quer dos sindicatos quer dos partidos. -----

-----Era uma questão que honrava bastante a Câmara no trabalho que desenvolvera no mandato, porque talvez tivessem sido os únicos a reunir regular e periodicamente com a Comissão Sindical na Câmara Municipal de Sesimbra desde Janeiro de 1998 até hoje. Noutras matérias relativas a pessoal também tinham sido os primeiros em muitas acções que desenvolvera, portanto não tinha nenhuma vergonha nem nenhum complexo em relação a isso. -----

-----Agradecia que o Membro Conceição Morais tivesse lido o parecer todo da Comissão Sindical, mas queria dizer que o parecer não constituía qualquer elemento de perturbação, antes pelo contrário, a Comissão Sindical tinha as suas posições e defendi-as, nenhum trabalhador iria sair frustrado em relação ao aumento das chefias porque antes da Comissão Sindical colocar a questão já sabia que não passava dos 12 para 28, já eram muitos mais e não usufruíam do facto de estarem a coordenar outros trabalhadores e era importante que as pessoas recebessem pelo trabalho que faziam e da responsabilidade que tinham. Decerto que a Comissão Sindical não defendia só quem não era chefia. -----

-----Em relação ao terceiro aspecto das empresas e dos out-sourcing, a Comissão Sindical fizera uma leitura que não estava perfeitamente clara na proposta que a Câmara fizera, porque constava de facto no estudo que haveriam áreas em que seria possível fazer prestações de serviço ou aquisições de serviços ou criarem-se empresas, aliás a Empresa que estava para ser criada e à qual a Câmara através da maioria socialista iria aderir, que era a empresa municipal de águas, nesta reestruturação

não eram criados nenhuns lugares para as funções que iriam ser executadas no âmbito dessa empresa, portanto não havia qualquer problema. -----

-----Analisara-se em relação a outras áreas onde potencialmente pudesse haver uma ideia de gestão diferente no futuro e tudo o que fora analisado e ponderado estava reflectido no documento.-

-----Sobre as questões colocadas pelo Membro Carlos Filipe, o Vice-Presidente respondeu que se o documento fosse aprovado hoje, após a emissão das respectivas certidões seria remetido para publicação em Diário da Republica após o que ele se tornaria exequível ou eficaz, e nesse momento o Município ficaria dotado de uma nova estrutura orgânica e do novo quadro. A partir daí seria criado um grupo de trabalho que estudaria as instalações e uma série de situações porque tudo aquilo iria provocar alguma "perturbação" na rotina diária. Haviam duzentas e tal funcionalidade para as quais poderiam ser abertos concursos e que os contratados hoje seriam os candidatos melhor posicionados. -----

-----Mas esses duzentos e tal concursos não seriam abertos num dia, nem em quatro. Em qualquer momento a Câmara e Assembleia Municipal que estivessem no pleno exercício das suas funções por eleição da população podia pôr em causa o que muito bem quisesse. Provavelmente a nova Câmara iria tomar posse antes da publicação no Diário da República, e uma das virtualidades do sistema democrático era precisamente poder pôr tudo em causa. -----

-----Usou depois da palavra o **Membro João Capítulo** que começou por referir que esta seria a sua última intervenção na Assembleia Municipal e iria sair convicto de que fizera o que a sua consciência mandara no sentido do melhor para a sua terra e concelho. -----

-----Agradeceu a todos a paciência para o aturar durante os 4 anos e esperava que para o futuro continuassem todos a ser amigos. Agradeceu depois aos elementos da Comissão C que tinham trabalhado com ele e que o haviam ajudado muito e podia testemunhar que independentemente dos partidos políticos a que pertenciam sempre vira na defesa dos seus pontos de vista os reais interesses do Concelho. -----

-----Relativamente à matéria em discussão disse que o que o PSD e a CDU tinham estado a tentar dizer era para parar a actividade camarária, estudar-se e depois do estudo estar feito continuava-se outra vez, como se a vida parasse. Isto não podia ser assim, a vida não era estática, o concelho de Sesimbra fora o 3º. Concelho do País que mais crescera, a área de intervenção que a Câmara tinha hoje por força da aprovação do PDM era infinitamente maior do ponto de vista

urbanístico do que era no anterior mandato. Era evidente que a despesa crescera mas também crescera a receita, e como o Vice-presidente referira pela primeira vez haviam receitas que eram aplicadas em investimento que até aqui eram despesas correntes e com pessoal, havia portanto um excedente para se poder investir.-----

-----Também estava preocupado com o crescimento da máquina camarária e este instrumento seria um tampão para veleidades que pudessem acontecer no futuro.-----

-----Disse depois que acusavam a Câmara de gastar muito dinheiro mas ele perguntava se não era verdade que a protecção civil e o trânsito haviam gasto dez vezes mais do que o que se gastara desde o 25 de Abril. Achava muito bem que se tivesse gasto e que se tinham esforçado por melhorar e fora o que acontecera relativamente aos outros pelouros. O Concelho crescera de tal maneira que era incomparável a mensuração que a oposição tentava dizer.-----

-----Prosseguiu dizendo que não o chocava que a Câmara tivesse que recorrer ao out-sourcing e a prestações de serviço e que se criassem empresas municipais, era um processo perfeitamente normal e evolutivo, não se tinha que ficar melindrado que algum dirigente sindical mais radicalista levasse a mal aquela situação porque era a realidade de um País que se queria evoluir.-----

-----Do ponto de vista técnico pensava que o sector contabilístico não fora suficientemente valorizado na proposta e deveria ter uma classificação diferente, assim como também não concordava que o notariado e os registos estivessem separados do contencioso, haviam situações que só técnicos habilitados o deveriam fazer.-----

-----Concluiu dizendo que votaria favoravelmente a proposta que considerava com muito mérito e que assentava num estudo de uma empresa que tinha créditos, não só no País, como no estrangeiro.-----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que o Membro anterior referira que este instrumento era um tampão, tendo perguntado de quê e se não seria um tampão idêntico ao aprovado em 1993 após o qual tinham entrado 230 pessoas.-----

-----**O Membro João Capítulo** respondeu dizendo que se o Membro Carlos Filipe fosse candidato e fosse para a Câmara era evidente que ele faria todo o esforço para deitar fora o tampão. Em democracia tudo era revogável, nada era eterno.-----

-----**O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** protestou dizendo que se estava a discutir o assunto de uma forma séria e queria dizer ao Membro João Capítulo que se um dia fosse candidato

a Presidente da Câmara de certeza absoluta faria melhor do que o que vinha sendo feito e não admitia que sobre a matéria fizesse aquelas insinuações. -----

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação **a proposta de adiamento da votação da proposta de Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e do Quadro de pessoal da Câmara Municipal apresentada pelo Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira, subscrita pela Bancada do PSD, tendo sido rejeitada, por maioria, com 13 votos contra do PS, e 8 votos a favor da CDU e PSD.**-----

-----Seguidamente o **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** disse que a sua Bancada tudo fizera para que a matéria fosse adiada até porque não se encontrava politicamente em condições de votar a proposta de alteração da estrutura orgânica da Câmara Municipal. Não estavam em condições de votar a favor, não estavam em condições de votar contra, a abstenção era em todo o caso uma votação e uma posição. A sua Bancada entendia que não devia haver deliberação sobre a proposta e que a mesma devia ser adiada. -----

-----Assim, para que a sua posição não fosse confundida com qualquer outra intenção, a Bancada do PSD ía-se retirar da Assembleia Municipal e não ía votar a proposta porque a sua posição era a inoportunidade relativamente à matéria e não queria que qualquer posição que viesse a tomar fosse interpretada sobre uma deliberação sobre a matéria. -----

-----O **Membro Miguel Bastos** disse que a posição da Bancada do PSD na Assembleia de querer adiar a decisão era exactamente idêntica à de 1993, pelo que perguntava se em 1993 a Bancada do PSD tinham-se absterido na votação da proposta de reestruturação, qual era a coerência que ele há pouco apregoara em relação à atitude actual e à atitude há 8 anos atrás.-----

-----O **Membro Carlos Filipe** respondeu que era maior em coerência do que aquela que o PS ía praticar quando se absterivera da outra vez com a argumentação contrária exactamente àquela que o levava a aprovar neste momento. -----

-----O **Presidente da Assembleia** referiu que ficaria registado em acta o abandono da sala pela Bancada do PSD durante a votação da proposta da Câmara Municipal de Sesimbra.-----

-----**Submetida a votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Reestruturação Orgânica dos Serviços Municipais e do Quadro de Pessoal, esta foi aprovada, por maioria, com 13 votos a favor do PS e 5 abstenções da CDU.**-----

-----O **Membro Miguel Bastos** prestou, em nome da Bancada do PS, a seguinte **Declaração de**

Voto: -----
-----"O Partido Socialista votou favoravelmente a proposta de reestruturação orgânica dos serviços municipais e do quadro de pessoal por considerar que era um compromisso que tinha com os eleitores e os munícipes deste Concelho e conseqüentemente um compromisso que tinha com os trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra. -----
-----Votámos favoravelmente a proposta porque acreditamos que ela corresponde ao trabalho desenvolvido nestes quatro anos e poderá ser uma solução equilibrada de desenvolvimento do trabalho da Câmara e da autarquia num futuro próximo. -----
-----Votámos também a favor desta proposta por assumir o compromisso que já referi anteriormente.-----
----- Lamentamos profundamente que os conceitos que levaram o PSD a abandonar esta sessão sejam aqueles de incoerência existente dentro da sua Bancada." -----
-----**O Membro Carlos Afonso** disse que fazia da Declaração de Voto dos Vereadores da CDU a **Declaração de Voto** da Bancada da CDU na Assembleia Municipal, e cujo teor é o seguinte: ----
-----"Antes de explicitarmos o nosso sentido de voto relativamente a esta proposta gostaríamos de deixar claro que consideramos sintomática da gestão casuística dos socialistas a forma como foi conduzido este processo e o tempo pelo qual se arrastou.-----
-----Convém recordar que o processo foi despoletado por um Despacho do vereador MJ Pereira datado de 31.3.99 em que solicitava aos serviços um levantamento de necessidades e uma análise da estrutura orgânica existente, documento que não sabemos se foi produzido e que não foi apenso ao processo. Posteriormente surge de forma mais ou menos inesperada uma proposta de colaboração da empresa que viria a desenvolver o trabalho datada de 11.8.99, com data posteriormente alterada para Novembro. Nessa proposta invocava-se uma reunião realizada em 23.7.01 com o Vereador MJ Pereira e que teria estado na origem da apresentação da já referida proposta de colaboração. É criado entretanto em 8.11.99 um Grupo de Trabalho Interno para acompanhamento do Estudo a desenvolver sobre esta temática, grupo este que viria posteriormente a proceder à apreciação das propostas apresentadas numa consulta que supomos tenha sido realizada, e que viria a resultar num despacho de adjudicação do trabalho à já referida empresa "Laboratório de Formação", em 14.1.2000, pelo preço de 5.560.000\$00 e pelo prazo de 12 semanas (doze).-----
-----Em 2.7.2001 (72 semanas depois da adjudicação) é produzida uma Ordem de Serviço,

subscrita pelo Vereador MJ Pereira, onde se informa que está “quase” concluída a proposta da nova estrutura orgânica. Foi aliás por esta altura, mais de um ano depois dum 1º contacto pela empresa contratada que os subscritores foram convidados para uma reunião de trabalho sobre a matéria em apreço, em que foram apresentadas de forma muito clara quais as nossas dúvidas e sugestões. Finalmente, hoje, 25 de Outubro, 21 meses e mais de 60 semanas depois da adjudicação, e a 2 meses do final do mandato, somos confrontados com uma proposta concreta para deliberação. -----

-----A forma, o prazo de elaboração e o “timing” em que esta proposta é apresentada seriam só por si motivos suficientes para não a votarmos favoravelmente. No entanto, pelas razões que passaremos a expor e que tínhamos já aliás apresentado oportunamente, tendo sido aceites apenas algumas das nossas opiniões, o nosso sentido de voto será o de abstenção, essencialmente pelo enorme respeito que nos merecem os trabalhadores da autarquia que há muito tempo aguardam uma proposta de Quadro de Pessoal que lhes garanta novas perspectivas e mais segurança no desempenho das suas funções.-----

-----Pensamos que uma proposta que se traduzirá no aumento de 5 para 8 Departamentos e de 12 para 28 Divisões, não pode deixar de ser polémica. Sendo verdade que existem já à data algumas chefias informais que importava ultrapassar, a realidade é que esta proposta mais que duplica o número de divisões com um custo de dezenas de milhares de contos. -----

-----Registamos que a proposta não teve aparentemente em consideração, ou pelo menos não traduziu em propostas, as novas realidades do mundo autárquico, nomeadamente a possibilidade de criação de empresas municipais em algumas áreas de actuação da Câmara e a possibilidade muito forte de criação eminente de empresas intermunicipais ou multimunicipais no sector do abastecimento de água e tratamento de águas residuais com os naturais reflexos no quadro de pessoal da Câmara. -----

-----Continuamos a ter sérias reservas sobre a forma como as áreas do trânsito e transporte e do ambiente se integram no quadro municipal, aparentemente sem autonomia e contrariando as propostas iniciais que apresentámos. É de realçar nomeadamente que a existência eminente dum Plano Municipal do Ambiente exigia uma resposta política ao nível da estrutura que não parece ser a sua inclusão ou dependência da Divisão de Planeamento Urbanístico. Relativamente ao trânsito damos o benefício da dúvida à solução apresentada que deve ser acompanhada de perto. -----

-----Parece-nos claramente excessiva e desproporcionada a criação dum Gabinete de

Planeamento Estratégico equiparado a Departamento, com duas divisões que comportarão um número reduzidíssimo de trabalhadores (1 na DEP e 4 na DSIG). Também nos parece injustificada a criação duma Divisão de Formação incorporada no Departamento de Recursos Humanos em simultâneo com a criação duma Divisão de Modernização e Qualidade (6 trabalhadores). Também levantámos algumas dúvidas relativamente à criação imediata duma Divisão de Bibliotecas, à qual damos no entanto o benefício da dúvida. -----

-----Estas as razões porque nos abstivemos relativamente à proposta apresentada, lamentando novamente a forma como o processo foi conduzido e o momento em que é discutido e votado, bem como o prazo de desenvolvimento do estudo, que apesar de tão longo não conseguiu encontrar o tempo necessário para uma audição atempada e para o acompanhamento das estruturas representativas dos trabalhadores, e que levou à não emissão de parecer por parte da Comissão Sindical.“ -----

-----Neste momento a Bancada do PSD voltou a participar nos trabalhos da Assembleia Municipal. -----

-----Encerrado o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à discussão do ponto **4. Contribuição Autárquica – Fixação da Taxa a aplicar na liquidação respeitante a 2001**, tendo informado que o assunto baixara à Comissão "B" que reunira mas não fora emitida acta, de qualquer forma já tinha havido uma referência do Coordenador de que o assunto ficava remetido para plenário porque não tinha sido obtido consenso relativamente à matéria.-----

-----Usando da palavra o **Membro Carlos Filipe** este disse que a sua Bancada não concordava com a forma como a fixação da contribuição autárquica fora feita durante estes 4 anos. A Câmara Municipal nos últimos 4 anos obtivera receitas excepcionais e o PSD entendia que a contribuição autárquica podia ser um instrumento de gestão extremamente interessante especialmente quando a legislação permitia uma amplitude de variação e a sua fixação anualmente. Se a contribuição autárquica podia ser mais baixa noutros anos em que se apontava para receitas maiores, pensava que com o evoluir da Câmara Municipal e especialmente nalgumas das receitas que tinha a ver com investimentos, nomeadamente na sisa e também nas taxas e licenças e uma vez que se se aproximava de uma situação de crise e de uma certa travagem do ponto de vista económico, pensava que a Câmara Municipal poderia necessitar, devido a essa mesma travagem, outras receitas.

A contribuição autárquica podia ser um elemento fundamental para essa gestão, isto é, em anos de menores receitas a Câmara Municipal poder-se-ia socorrer do aumento da contribuição autárquica para poder manter um determinado nível de investimentos e em anos que outras receitas se comportavam de uma forma mais positiva, os munícipes podiam ser aliviados na sua participação relativamente às receitas da Câmara. -----

-----A ideia da manutenção da contribuição autárquica em 1.2 era uma coerência com a qual a sua Bancada não concordava porque a opção do PSD era claramente diferente porque entendia que face a este abrandamento a Câmara Municipal de Sesimbra no próximo ano necessitaria de mais receitas e poderia ir buscar alguma margem neste aumento de receitas da contribuição autárquica, por isso a sua Bancada não concordava com a proposta e iria manter a posição assumida pelo Vereador na Câmara. -----

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação **a proposta da Câmara Municipal de Sesimbra de fixação da taxa a aplicar na liquidação da Contribuição Autárquica relativa ao ano de 2001, em 0,8% para os prédios rústicos e em 1,2% para os prédios urbanos, tendo sido aprovada, por maioria, com 12 votos a favor do PS, 4 abstenções da CDU, e 3 votos contra do PSD.** -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos e deu início à discussão do ponto 5. **Alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra – Anexo C – Santana – Cotovia,** tendo informado que o ponto baixara à Comissão "B" e que o respectivo coordenador já transmitira que o ponto havia sido consensual e como tal estava em condições de ser votado favoravelmente pelo Plenário, de qualquer forma estavam abertas as inscrições.-----

-----Como ninguém quis usar da palavra, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação **a proposta da Câmara Municipal de Sesimbra de alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra, Anexo C, relativo ao Ordenamento do Trânsito em Santana e Cotovia, tendo sido aprovado, por unanimidade.**-----

-----Encerrado o ponto 5 da Ordem de Trabalhos o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à discussão do ponto 6. **Alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra – Anexo D – Quinta do Conde,** tendo em seguida aberto as inscrições mas ninguém pretendeu usar da palavra, tendo de imediato colocado à votação **a proposta da Câmara Municipal de Sesimbra**

de alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra, Anexo D, relativo ao Ordenamento do Trânsito na Quinta do Conde, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----Seguidamente o **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou o Ponto 6 da Ordem de Trabalhos e deu início à discussão do ponto 7. **Alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra – Rua Amélia Frade**, mas nenhum Membro manifestou intenção de intervir, tendo colocado à votação **a proposta da Câmara Municipal de Sesimbra de alteração da Postura de Trânsito do Concelho de Sesimbra: na Rua Amélia Frade, apenas o troço entre a Rua Virgílio Lopes e a Travessa Amélia Frade permanece com dois sentidos, tendo sido aprovado, por unanimidade.**-----

-----Encerrada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de “Intervenção Aberta ao Público”** tendo usado da palavra **a Muniçipe Cândida Sebastião**, representante da Comissão Sindical que quis manifestar agradecimento pela forma como a Câmara neste mandato sempre recebera a Comissão Sindical e esperava que o próximo executivo desse continuidade ao trabalho iniciado. -----

-----Disse depois, respondendo ao Membro João Capítulo que na Comissão Sindical não havia radicalismos e que todos trabalhavam em prol dos interesses dos trabalhadores e tinha uma postura independente, construtiva e de empenhamento na defesa intransigente dos trabalhadores. -----

----- Seguidamente, por consenso, foi solicitada a dispensa da leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a todos os Membros da Assembleia Municipal a colaboração prestada. -----

-----Fez um agradecimento público às funcionárias que durante o mandato haviam dado o seu apoio e uma saudação especial para os Membros da Assembleia que não se recandidatavam. -----

-----Por último, declarou encerrados os trabalhos, eram zero horas e trinta minutos do dia 31 de Novembro.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

